

## VII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS

GT 9 – Socialismo no Século XXI.

Mesa-redonda: A Comuna de Paris e a luta pelo socialismo no Século XXI

Coord. Eliel Machado

### **Comuna de Paris, “partidos” e “movimentos sociais”: as agruras da organização política dos trabalhadores**

Eliel Machado\*

Não é fácil discutir Comuna de Paris de 1871 de um lado e, de outro, “partidos” e “movimentos sociais” no século XXI, a começar pelo fato de que na história recente da América Latina nenhum partido ou “movimento social” “tomou o céu de assalto” e menos ainda iniciou a transição ao socialismo, embora a região tenha sido palco de vários movimentos contrários ao neoliberalismo. Talvez um dos problemas esteja na crise político-ideológica dos partidos marxistas que, em consequência, atinge também os movimentos sociais. Acreditamos que esta crise está assentada, entre outros motivos, na persistência da incongruência entre os objetivos pelos quais lutam e as formas como se organizam para lutar por eles.

Nesta comunicação, examinamos teoricamente as possibilidades dessa congruência a partir de três hipóteses: i) Durante a Comuna de Paris, ela existiu calcada no tripé do anti-burocratismo, da democracia direta e do pluralismo político-ideológico; ii) A revolução de 1871 foi conduzida por uma espécie de “direção colegiada”, dentro da qual os marxistas constituíram a fração mais resoluta; iii) Há indícios de que este tipo de “direção” já se fazia presente nas formulações de organização política de Marx e Lênin.

Estas hipóteses são analisadas na primeira e na segunda parte deste artigo. Na sequência, discutimos a relação entre “partidos” e “movimentos sociais” com o objetivo de demonstrar que os últimos podem fornecer subsídios políticos e ideológicos para o resgate daquela congruência, uma vez que muitos partidos marxistas perderam legitimidade junto às massas.<sup>1</sup>

---

\* Prof. de C. Política da UEL, coordenador do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL) e pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS). Contato: [elielmachado@uol.com.br](mailto:elielmachado@uol.com.br).

<sup>1</sup> Não me refiro a nenhuma agremiação em particular, mas, ao menos no Brasil, esta incongruência atinge praticamente a todas elas, estejam ou não inseridas institucionalmente.

### *Comuna de Paris e organização política dos trabalhadores*

Nos anos 1870, inexistiam na Europa partidos de massas, nacionais, disciplinados e programáticos, como os conhecemos hoje. Estas características somente apareceram nos anos 1890 e os partidos socialistas surgiram depois dos anos 1880 (Eley, 2005, p. 49-57). Antes e durante a Comuna, os revolucionários organizavam-se em clubes políticos e, à exceção dos marxistas, acreditavam que um grupo pequeno, extremamente coeso, poderia “tomar o céu de assalto” e fazer a revolução. Marx e Engels foram incansáveis opositores a esta concepção conspirativa dentro da *I Internacional*. Para eles, a revolução socialista deveria ser proletária e de massas.

Os clubes políticos aglutinavam os lutadores sociais de meados do século XIX, mas, provavelmente a mobilização das massas na revolução de 1871 foi à revelia dos grupos conspirativos e fechados. Talvez ela se devesse à atuação dos comunistas ligados às orientações de Marx e Engels na seção francesa da *I Internacional*, uma vez que tinham a missão de constituir o proletariado em classe e “formavam” a fração mais resoluta dos partidos operários, conforme predicava o *Manifesto do partido comunista* de 1848. Ou seja, junto às demais correntes (neojacobinos, blanquistas, anarquistas), influenciaram decisivamente na construção de um “semi-Estado” proletário, democrático e anti-burocrático. Quiçá exatamente por estas características é que os *communards* foram congruentes entre o objetivo pelo qual lutavam (emancipação econômica do trabalho) e a forma como se organizaram para lutar por ele (“direção colegiada”). Entretanto, em função do “espontaneísmo” insurrecional de 1871,<sup>2</sup> esta congruência não foi programática, mas construída na prática do dia a dia da Comuna, tornando-se um dos seus elementos mais importantes: o socialismo deveria ser essencialmente democrático e expressar o desejo da imensa maioria em proveito da imensa maioria.<sup>3</sup> Naquelas circunstâncias, significava a supremacia do trabalho sobre o capital.

Se os clubes políticos foram o prenúncio dos partidos modernos, é interessante

---

<sup>2</sup> É preciso relativizar tal “espontaneísmo”, pois, como a historiografia moderna demonstra largamente, os *communards* debatiam a construção de um poder popular nos estertores do II Império bonapartista e no prelúdio da III República, em meados dos anos 1870 (Boito Jr., 2002).

<sup>3</sup> Principais medidas da Comuna que davam seu caráter popular: a abolição do Exército permanente e da polícia; todos os cargos públicos foram submetidos ao sufrágio universal, sendo que os salários dos eleitos não podiam ser superiores à média dos salários dos operários; revogabilidade dos mandatos a qualquer momento; prática da democracia direta nas fábricas para escolha dos chefes e gerentes.

esclarecermos, mesmo sumariamente, as suas ideologias e/ou bandeiras.

Os neojacobinos podem ser considerados de esquerda, mas não são identificados como socialistas. São, na verdade, uma diversificação do jacobinismo dos anos 1792-1794. Os “blanquistas” constituíam um pequeno grupo secreto, coeso e determinado, que agia em nome do proletariado. Opunham-se ao sufrágio universal e defendiam a implantação da ditadura revolucionária do proletariado por meio de um golpe de Estado (Eley, 2005). Autoproclamavam-se “comunistas” e diferiam-se, fundamentalmente, dos marxistas pelos métodos da revolução proletária (Boito Jr., 2002). Os proudhonianos e os bakunianos são considerados, grosso modo, os precursores do “anarquismo” contemporâneo. Enquanto Proudhon afirma que a propriedade é um roubo, suas ideias são identificadas com o “socialismo dos pequenos proprietários”. Bakunin, opositor de Marx na *I Internacional*, prega a extinção imediata do Estado e a organização da sociedade em comunas. Não obstante essas correntes, os principais “partidos” da Comuna foram: neojacobinos, blanquistas e marxistas (Rougerie, 2001, p. 5).<sup>4</sup>

Os avanços e os limites da Comuna não se devem à atuação de um “partido revolucionário”, como ocorreria mais tarde na Revolução Russa de 1917. Exatamente pelo fato de procurarem manter certa congruência entre o objetivo pelo qual lutaram e as formas como se organizaram para lutar por ele, pode-se dizer que um dos seus legados foi a prática de uma espécie de “direção colegiada” na qual os “de baixo” controlavam os “de cima”. Naquelas condições, significava que as diversas tarefas eram divididas entre todos os seus membros, quebrando com a separação entre trabalho intelectual e manual. Esta divisão é recorrente nos partidos marxistas-leninistas: enquanto os “dirigentes” pensam e planejam, as “bases” executam.

### ***Algumas notas de Marx e Lênin sobre a questão do “partido”***

No *Manifesto do partido comunista*, Marx e Engels afirmam que toda a luta de classes é uma luta política, portanto, é preciso constituir o proletariado em classe e em partido. A partir dessa concepção de “classe-partido” e “partido-classe”, os autores alegam que “o movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa

---

<sup>4</sup> Há autores que sustentam que este pluralismo político-ideológico foi limitado às correntes políticas defensoras da Comuna (Martorano, 2001, p. 70).

maioria” (1998, p. 50).<sup>5</sup> Mais ainda: eles dizem que o objetivo dos comunistas é constituir o proletariado em classe, derrubar a supremacia burguesa e, finalmente, conquistar o poder político pelo proletariado.<sup>6</sup> Parece-nos que os autores trabalham em três planos teóricos sutilmente distintos e conexos: 1) o proletariado é classe para o capital (“classe em si”); 2) ao combater o capital e seus representantes, constitui-se em “classe para si”; 3) além disso, pode constituir-se em “classe revolucionária” ao planejar a derrubada da supremacia burguesa e a tomada do seu poder político. Esta última condição ocorre em momentos raros na história: no seu cotidiano, o proletariado “oscila” entre “classe em si” e “classe para si”.<sup>7</sup> Em tese, se os três planos fazem sentido, os diversos partidos operários encontrados concretamente contribuem na constituição do proletariado em “classe para si”, mas cabe aos comunistas constituí-lo também em “classe revolucionária”, uma vez que representam os seus interesses comuns.

Em Lênin, não há uma teorização única de partido. Em uma de suas formulações, por exemplo, ele defende que, uma vez que a massa dos operários e camponeses tenha consciência política, ela mesma deve dirigir a economia do país:

O partido comunista dirige a massa dos operários sem partido, esclarecendo, preparando, instruindo, educando essa massa (a ‘escola’ do comunismo) inicialmente dos operários, e depois também dos camponeses, para que ela possa alcançar e alcance a concentração nas suas mãos da direção de toda a economia nacional (Lênin, 1986, p. 216).<sup>8</sup>

Mesmo nos momentos de clandestinidade mais dura (tzarismo), duvidamos que ela teve o tratamento verticalizado e autoritário com que se transformou pós-revolução de 1917. Senão, vejamos.

Em *Que fazer?*, de 1902, Lênin esboça um tipo de partido de quadros e hierarquicamente organizado. Nesse período, a militância político-partidária dos comunistas russos era realizada sob a ilegalidade imposta pelo tzarismo em condições de extrema repressão política: “Não temos Parlamento, nem liberdade de reunião, mas, contudo, sabemos organizar reuniões com os operários que desejam ouvir um socialdemocrata” (Lênin, 1979, p.

---

<sup>5</sup> Sobre a questão do “partido-classe” e “classe-partido”, consultar, entre outros, Claudín, para quem, em Marx “no existía el partido del proletariado, sino el proletariado como partido”. Ou seja, “la clase, el conjunto de sus organizaciones, partidos, individuos, actúa como ‘partido’ frente a las otras clases” (1975, p. 323).

<sup>6</sup> A Comuna de Paris ensinou a Marx e Engels que não bastava a tomada do poder burguês pelo proletariado; era preciso construir um novo Estado a serviço do trabalho e em detrimento do capital.

<sup>7</sup> Mesmo com as aspas, sabemos que não resolve as controvérsias sobre a suposta distinção entre elas. No momento, apenas queremos frisar que esta oscilação não é uma mera opção do proletariado, ao contrário, muitas vezes as instituições repressivas do Estado burguês o obrigam a recuar nas lutas.

<sup>8</sup> Nesta passagem, o “partido” é escola de formação política.

65). É nesta obra que se encontra aquela célebre passagem na qual o autor defende que a consciência do operário não pode ser levada senão do exterior, isto é, do exterior da luta econômica, do exterior das esferas das relações entre operários e patrões (Lênin, 1979: 62-63).

Lênin defende que a vanguarda requer uma estrutura política profissional, capaz de enfrentar com destreza política o aparelho estatal repressivo, a polícia política czarista, algo que os operários médios não podiam fazer, embora estivessem preparados para as greves. A luta contra a polícia exige qualidades especiais, exige revolucionários profissionais. Para ele, mesmo sob a rígida clandestinidade, o triunfo da revolução passava pelo apoio das massas (Lênin, 1979, p. 80).

Ele destaca que o funcionamento do partido revolucionário depende das circunstâncias políticas em que está inserido. Em tese, Lênin não se opunha ao partido de massas, mas, sob a ditadura czarista, não havia esta opção sob o risco de entregar todos os revolucionários para a polícia (Lênin, 1979, p. 86).

É importante frisar que, mesmo sob a ditadura czarista, Lênin não opõe a vanguarda às massas:

A concentração de todas as funções clandestinas entre as mãos do menor número possível de revolucionários profissionais não significa absolutamente que esses “pensarão por todos”, que a multidão não tomará parte ativa no movimento. Ao contrário, a multidão fará surgir esses revolucionários profissionais em número sempre maior, pois saberá, então, que não basta alguns estudantes e alguns operários, que conduzem a luta econômica, reunirem-se para constituir um “comitê”, mas é necessário, durante anos, que procedam à sua educação de revolucionário profissional; e a multidão não “pensará” unicamente no trabalho artesanal, mas exatamente nessa educação. (Lênin, 1979, p. 90).

Antes de prosseguirmos, duas observações sobre a proposta de partido em *Que fazer?*: 1) embora se possa afirmar que se diferencia daquela expressa em linhas gerais no *Manifesto*, ela preserva alguns elementos importantes ao considerar os “operários médios” como os *únicos capazes* de decidir os rumos da revolução. No *Manifesto*, o proletariado, organizado em classe e em partido, é a única classe verdadeiramente revolucionária. Para Lênin, sem estes “operários médios”, não haveria revolução, mesmo que o enfrentamento à polícia política coubesse aos revolucionários profissionais; 2) ele destaca que não obstante a organização estivesse na clandestinidade, o apoio das massas era fundamental para o êxito da revolução. Mas não só: ele é enfático ao afirmar que os “revolucionários profissionais” (a vanguarda) não “pensarão por todos”. Mais uma vez, a revolução só faz sentido se for de massas e que *elas se tornem parte ativa do processo*. Trata-se também de uma aproximação

com o *Manifesto*: massas ativas não são massas de manobra, portanto, a revolução proletária é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria. Parece-nos que muitas organizações políticas ao longo dos séculos XX e XXI “esqueceram-se” de organizar e mobilizar as massas como parte ativa das revoluções socialistas.

Com as revoluções de 1905 e de fevereiro de 1917, as condições políticas mudaram, os partidos e sindicatos passaram a ter uma vida “semilegal” ou “legal”. Diante das novas possibilidades, Lênin reformulou seu posicionamento anterior e se manifestou, em várias ocasiões, favorável à ampliação do partido e à incorporação das massas operárias. Propôs um partido de massas baseado no “centralismo democrático” e, mesmo que tenha enfatizado o elemento “democrático”, os processos revolucionários posteriores a 1917 priorizaram o “centralismo” em detrimento da democracia interna: os partidos se burocratizaram e se transformaram em “vanguardas”.

Entre o *Que Fazer?* (1902) e *Um passo em frente, dois passos atrás* (1904), Lênin muda e reformula a concepção de partido: se na primeira obra o partido deve ser profissional e “fechado” (não totalmente fechado às massas, pois elas são fundamentais para o sucesso da revolução), na segunda, ele deve ser de massas e funcionar pelo “centralismo democrático” que, supostamente, evitaria o “assembleísmo” paralisante. Como revolucionário, nunca acreditou piamente nas instituições burguesas “democráticas” e jamais defendeu que o processo revolucionário se daria pelas vias institucionais. Ao contrário, o partido não deve abandonar a atividade conspirativa e o desenvolvimento do seu aparelho conspirativo. Nem por isso, desprezou o advento da democracia burguesa oriunda da Revolução de 1905. Infelizmente, as deformações stalinistas posteriores contaminaram várias organizações, inclusive as supostamente anti-stalinistas. Por outro lado, acreditamos que é um erro teórico e político, tático e estratégico, identificar a proposta leniniana de partido ressaltando apenas as formulações em *Que fazer?*

### ***“Partidos” ou “movimentos”?***

Ao contrário do que fizemos em relação ao “partido”, não temos a mesma preocupação em refinar, conceitualmente, o que entendemos por “movimento social”, a despeito da importância, do amplo debate e da complexidade do tema. Entretanto, para não deixarmos uma “lacuna” teórica sobre o assunto, sumariamente adiantamos que o

consideramos como um *instrumento político típico das classes dominadas, exploradas e oprimidas*. Por similaridade ao “movimento operário”, concordamos com Álvaro Vieira Pinto quando afirma que

os “ricos” não podem fazer greve porque, sociologicamente falando, *não trabalham*. Logo, não tem sentido dizer-se deles que cessam ou suspendem uma coisa que não fazem. (...) Os “ricos” são homens extremamente ocupados na direção dos seus negócios, na gerência de suas fábricas, bancos, empresas, na administração de suas fazendas (...). Como, então, dizer que esses homens não trabalham? (...) Apesar de tanta agitação, de toda a ocupação de tempo, em que se consomem, *essa atividade não é trabalho*, porque é o serviço, exigido deles, para a conservação, defesa e alargamento do capital que possuem. Não são homens de trabalho simplesmente porque são homens de capital. (...) [Os operários] trabalham de fato porque, no regime atual, vendem sua força de trabalho; os ‘ricos’ não trabalham, porque se ocupam exclusivamente em comprar essa mercadoria (...) [grifos no original] (1962, p. 89-90).<sup>9</sup>

Grosso modo, se consideramos a base social dos “movimentos sociais” constituída predominantemente pelo proletariado *lato sensu* – desprovido de meios de produção, mas não necessariamente vendedor de sua força de trabalho para o capital (só consegue vender quando o aumenta) –, eles podem incluir o proletariado *stricto sensu* (vende sua força de trabalho porque aumenta o capital), bem como os setores empobrecidos das classes médias (assalariados não-operários, estudantes etc.). A título de ilustração, é possível encontrar entre os “sem-teto” operários empregados (ou subempregados) nas fábricas que, ao mesmo tempo, militam em movimentos que reivindicam a moradia.

Feitas estas breves considerações, retomamos o objeto deste artigo.

Mesmo vivendo sob crise político-ideológica, os partidos marxistas continuam insistindo na incongruência entre o objetivo pelo qual lutam (“socialismo”) e a forma como se organizam para lutar por ele (“vanguarda”). Este é um dos motivos da falta de legitimidade junto às massas e da sua burocratização. Por outro lado, intelectuais do MST têm procurado refletir criticamente sobre esta relação, até pelo fato de se tratar de um movimento político e de se ter inserção de massas. Se nos acampamentos ou assentamentos do movimento se pratica alguma espécie de “horizontalidade política e social”, que poderia lembrar as práticas dos *communards*, ela rompe com o “vanguardismo” de muitos partidos de esquerda na atualidade.

Ao procurarem debater a intersecção política entre “partido” e “movimento”, Mauro e Pericás (2001, p. 77) afirmam que o MST é, ao mesmo tempo, reivindicatório (demanda específica), político (ação direta) e de classe (subversão da ordem social) para, em seguida,

---

<sup>9</sup> Não obstante o autor utilize a categoria “ricos”, ele não descuida do caráter de classe ao situá-los nas classes dominantes.

criticarem a atuação dos partidos: não deixam de lado, por exemplo, os desvios ideológicos e a extrema burocratização. A verticalização do “poder”, na visão dos autores, é a marca registrada destes partidos com tendências “oligárquicas”: “Por meio de acordos – tácitos ou explícitos –, o grupo dirigente acaba se estabilizando em suas posições privilegiadas”. Isto sem falar do número considerável de membros que se “profissionalizou” em funções legislativas em todos os níveis. Ou seja, “estão afastados de suas bases e das lutas de massas; conhecem melhor os dispositivos regimentais [do Congresso Nacional] do que necessariamente o processo cotidiano das ruas” (Mauro e Pericás, 2001, p. 77-78).

Mas, como sabemos, os “movimentos sociais” são criticados pela esquerda partidária por não possuírem um “programa”, ao que os autores respondem que eles têm um “programa provisório” ou “esboço de programa”, pois não se produz um programa político de um dia para o outro, mas no decorrer dos processos de luta (Mauro e Pericás, 2001, p. 80-81). Segundo eles, nem sempre na história das revoluções os partidos desempenharam papel fundamental, como o *Movimento 26 de Julho* durante a Revolução Cubana.<sup>10</sup>

Mesmo nos momentos históricos em que os “partidos” tenham se sobressaído em relação aos “movimentos”, como foi o caso, por exemplo, do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 1980, não são formas antitéticas de organização das classes populares: ao contrário, os movimentos sociais foram importantes na sua criação. Não só eles, como o próprio movimento operário organizado sindicalmente (metalúrgico, sobretudo) se constituiu em sua principal base social.<sup>11</sup>

Embora nascido do movimento de massas, de oferecer novo oxigênio às lutas populares nos agonizes da ditadura militar brasileira, nem por isso o PT manteve-se congruente entre o objetivo inicial pelo qual lutava (alguma espécie de “socialismo”) e as formas como se organizava para atingi-lo (privilegiou as lutas institucionais em detrimento das ações diretas).

Em contraste à concepção de partido eminentemente de base operária (Ianni, 1980), Mauro e Pericás propõem que se leve em conta o protagonismo dos “camponeses”, como ocorreu em diversas revoluções (russa, nicaraguense etc.), cuja participação foi ostensiva. Para eles, a esquerda ainda mantém a concepção equivocada de que a “vanguarda” deve ser

---

<sup>10</sup> Este é um exemplo interessante, pois o antigo PSP (Partido Socialista Popular) era contrário à revolução armada, mas, depois dela (1959), se transformou em PCC (Partido Comunista de Cuba).

<sup>11</sup> Entre os inúmeros trabalhos que tratam das greves do final dos anos 1970 e do surgimento do PT, ver Ianni (1980).



necessariamente o proletariado urbano (2001, p. 85). Vão além: as organizações da classe operária (partidos, sindicatos, movimentos sociais) não são necessariamente revolucionárias, pois não é preciso trabalhar na indústria para se aproximar de outros setores do proletariado e ter consciência política (2001: 86). A rigor, nenhuma das classes que compõem o campo popular é fundamentalmente revolucionária. É preciso constituí-las em “classes revolucionárias”.

Diante deste quadro, para os autores é preciso criar uma organização política que tenha aspectos de “partido” e de “movimento”. Esta organização precisa ter uma ampla penetração nas massas, ser antidogmática e ter a capacidade de unificar as lutas políticas no país” (Mauro e Pericás, 2001, p. 86).

Parece-nos que as práticas políticas mais horizontais que mobilizam as massas – desde que orientadas por um “programa” político anti-sistêmico – são a chave para a construção de um “novo” partido. Se isto faz algum sentido, as proposições de Marx e Engels no *Manifesto* sobre o partido do proletariado permanecem atuais: a luta pelo socialismo deve ser essencialmente o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria.

## **Bibliografia**

- BOITO Jr., A. “Comuna democrática ou Comuna operária? A tese de Marx colocada à prova”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *A Comuna de Paris na história*. São Paulo: Ed. Xamã, 2002.
- CLAUDÍN, F. *Marx, Engels y la revolución de 1848*. Madrid: Siglo XXI de España, 1975.
- ELEY, G. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- IANNI, O. *O ABC da classe operária*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LÊNIN, V. I. A crise do partido. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Vol. 5. Moscou: Edições Progressos; Lisboa: Edições “Avante!”, 1986.
- LÊNIN, V. I. *Que fazer? As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- LÊNIN, V. I. Um passo em frente, dois passos atrás. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Moscou: Edições Progressos; Lisboa: Edições “Avante!”, 1984.
- MARTORANO, L. C. “Elementos do Estado socialista na Comuna de Paris”. In: BOITO Jr., A. (org.). *A Comuna de Paris na história*. São Paulo: Ed. Xamã, 2002.
- MARX, K; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). *Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MAURO, G.; PERICÁS, L. B. *Capitalismo e luta política no Brasil: na virada do milênio*. São Paulo: Xamã, 2001.
- PINTO, Á. V. *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

[Coleção Cadernos do Povo Brasileiro].

ROUGERIE, J. Tradição e criação na Comuna de Paris: continuação da revolução burguesa ou início da revolução operária? *Crítica Marxista*, nº 13, 2001.